

ano 8 - n. 35 | outubro/dezembro - 2019
Belo Horizonte | p. 1-270 | ISSN 2238-4138
R. Fórum Trabalhista – RFT



Revista Fórum
TRABALHISTA

RFT

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA **ARTIGOS**

Dispensa coletiva e novo modelo introduzido pela Lei nº 13.467/2017		
Aimee Amaral do Sim, Débora Beatriz Ferraz		9
	Introdução	9
1	Aspectos gerais do Direito do Trabalho	10
a)	Teoria subjetivista	11
b)	Teoria objetivista	11
c)	Teoria mista	11
2	Evolução histórica do Direito do Trabalho	12
3	Cenário econômico e social do país no momento da reforma trabalhista	13
4	Princípios do Direito do Trabalho	14
5	Dispensa coletiva	15
5.1	Antes da reforma trabalhista	16
5.2	Após a reforma trabalhista	22
	Conclusão	25
	Referências	26

As provas virtuais no processo do trabalho de acordo com o ônus da prova no novo Código de Processo Civil

Ana Beatriz Carneiro de Sousa Lopes, Eleeldo Odisnei de Oliveira Braga, Antonio Graça Neto, André Filipe Loureiro e Silva		29
	Introdução	30
1	As provas no processo do trabalho	31
1.1	Meios de prova no processo do trabalho	32
2	Internet	36
3	Prova ilícita	37
4	Prova virtual	37
4.1	Documento virtual	38
4.2	A falta de regulamentação	39
4.3	Do documento digitalizado para o digital	40
5	Ônus da prova	41
5.1	Ata notarial	42
	Considerações finais	43

A reforma trabalhista e os impactos nas funções sociais sindicais

Ana Paula dos Santos Andrade		49
1	Introdução	49
2	Aspectos gerais do sindicalismo	50
2.1	Contexto histórico dos sindicatos no Brasil	50
3	A função social dos sindicatos	53
4	A aplicabilidade da Lei Federal nº 13.467/2017 frente aos sindicatos brasileiros	55
4.1	Da não necessidade de homologação de Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho pelo sindicatos	56
4.2	Da supremacia do negociado sobre o legislado	58
4.3	Da criação das comissões de empresas independentes dos sindicatos	60

4.4	Da não obrigatoriedade da contribuição sindical	62
4.5	Da liberdade da empresa em pactuar o banco de horas sem a necessidade de acordo ou convenção coletiva.....	63
5	Considerações finais	64
	Referências	65

Trabalho intermitente: conceito, peculiaridades e (in)constitucionalidade

Bruno Herrein Correia de Melo	67
1 Linhas iniciais.....	67
2 Conceito do trabalho intermitente.....	68
3 Procedimentos do trabalho intermitente.....	69
4 Remuneração e recolhimentos	70
5 Requisitos formais para a modalidade de trabalho.....	71
6 Direito comparado.....	72
7 Discussão sobre a (in)constitucionalidade do trabalho intermitente.....	73
8 Linhas finais.....	78
Referências	79

A Reforma Trabalhista e os requisitos da petição inicial: análise do conteúdo normativo do art. 840, §1º, da CLT com redação conferida pela Lei nº 13.467/2017

Daniel Bofill Vanoni	81
1 Introdução	81
2 Da aplicação da nova redação do art. 840, §1º, da CLT, no tempo	83
3 Requisitos da petição inicial trabalhista de acordo com o art. 840, §1º, da CLT.....	85
4 Emenda da petição inicial	87
5 Liquidação dos pedidos.....	89
5.1 Liquidação prévia ou estimativa?.....	89
5.2 Liquidação dos reflexos?	93
5.3 Vinculação aos valores da petição inicial na fase de liquidação?.....	94
6 Conclusão	96
Referências	97

Responsabilidade trabalhista dos municípios nos contratos de prestação de serviços na terceirização

Marcio Antonio Sotta Santana	99
1 Introdução	99
2 Terceirização nos Municípios: breve relato	99
3 Análise da Súmula nº 331 do TST	100
4 Da Constitucionalidade do §1º do art. 71 da Lei de Licitações.....	101
5 Jurisprudência do TST sobre a responsabilização do Município das verbas trabalhistas nos contratos de prestação de serviços na terceirização	102
Conclusão	105
Referências	106

Norma Regulamentadora nº 35 e suas determinações

Paula Landim Nazaré, Daiane Landim Nazaré	109
1 Introdução	109
2 O trabalho em altura	111
3 Objetivo da Norma Regulamentadora nº 35	112

4	Norma Regulamentadora nº 35: principais determinações e benefícios	113
5	Conclusão	125
	Referências	126

Grupo econômico e sua caracterização em fase de execução na justiça trabalhista

Rafael Gontijo de Assis	127
1 O grupo econômico	127
1.1 Conceito.....	127
1.2 Grupo econômico “de direito”	129
1.3 Grupo econômico “de fato”	130
2 Grupo econômico na justiça do trabalho.....	131
2.1 Conceito.....	131
2.2 Informalidade	132
2.3 Caracterização do grupo econômico e solidariedade entre seus integrantes.....	133
3 Reconhecimento do grupo econômico em fase de execução	135
3.1 Aspectos processuais	135
3.2 Origem	136
3.3 Ofensas aos princípios do devido processo legal	137
4 Considerações finais	139
Referências	140

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Superior Tribunal de Justiça

Conflito de Competência – Uber – Relação de trabalho não caracterizada – Natureza cível – Competência do juízo estadual. Conflito de Competência nº 164.544/MG (2019/0079952-0).....	145
--	-----

Tribunal Superior do Trabalho

TST – Recurso de Revista – Acordo extrajudicial homologado em juízo – Procedimento de jurisdição voluntária – Quitação geral do contrato de trabalho – Validade – Homologação parcial – Impossibilidade. Recurso de Revista nº 1000015-96.2018.5.02.0435	149
--	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Processo do Trabalho – Ausência injustificada do reclamante na audiência – Arquivamento da reclamação trabalhista – Pagamento de custas processuais – Condenação de beneficiário da justiça gratuita – Possibilidade. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 1000178-32.2018.5.02.0385	157
--	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Recurso de Revista – Lei nº 13.467/2017 – Seguro garantia judicial – Prazo de vigência determinado – Substituição do depósito recursal – Possibilidade. Recurso de Revista nº 11135-26.2016.5.03.0006	165
---	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Direito Processual – Exigência de juntada do voto vencido – Parte integrante da fundamentação – Requisito disposto no artigo 941, §3º, do CPC/2015. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 10319-17.2016.5.03.0112.....	173
---	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Pensão mensal vitalícia – Parcela única – Redutor no percentual de 40% – Excessivo – Caráter compensatório da reparação não alcançado. Recurso de Revista nº 815-48.2013.5.15.0050.....	181
---	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Responsabilidade civil do empregador – Risco acentuado decorrente da exposição à radiação – Conduta negligente do empregador – Descumprimento do dever de garantia do meio ambiente saudável e seguro – Danos morais – Caracterização. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 1083-66.2012.5.03.0149.....	199
---	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Liquidação de sentença – Valores indicados na petição inicial da reclamação trabalhista – Pedido líquido e certo – condenação limitada ao <i>quantum</i> especificado. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 12131-83.2016.5.18.0013.....	219
--	-----

EMENTÁRIO	233
TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	255
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	269